**MODELO DE DIVERGÊNCIA ADMINISTRATIVA DE CRÉDITO**

**À**

**ADMINISTRADORA JUDICIAL - MOORE METRI**

**PROCESSO JUDICIAL Nº ............................**

NOME DO CREDOR/REQUERENTE, QUALIFICAÇÃO COMPLETA **(SE PESSOA FÍSICA - NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, CPF, RG, ENDEREÇO; OU SE PESSOA JURÍDICA - CNPJ, ENDEREÇO SEDE, REPRESENTADA POR – DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL),** TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO, nos termos do art. 7º, § 1º da Lei 11.101/2005, apresentar **DIVERGÊNCIA ADMINISTRATIVA DE CRÉDITO**.

O crédito do(a) Requerente consta na relação de credores da empresa **(NOME DA RECUPERANDA OU FALIDA)** publica em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ **(informar data do edital da relação de credores)** na importância de **R$....** (valor por extenso), na classe de credores ............... .

Quando o valor devido é **R$....** (valor por extenso), atualizado até a data de **\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_** (**data do pedido de recuperação judicial ou decretação de falência[[1]](#footnote-1)**).

**OU/E**

Quando referido crédito deveria ser classificado na classe de credores ................. **(ESCOLHER A CLASSE COM BASE NA CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO - art. 41 da Lei 11.101/2005 no caso de recuperação judicial e art. 83 no caso de falência).**

O valor do débito decorre de **(INFORMAR: o tipo de prestação de serviço, negociação, documento firmado, etc.),** conforme demostra a documentação anexa[[2]](#footnote-2), **(MENCIONAR E DETALHAR: contrato / nota fiscal / duplicata / cheque / certidão / parcelas pagas / outro / etc.).**

À vista do exposto, requer seja o crédito do(a) Requerente alterado para o importe de **R$......** (valor por extenso) **e/ou** alterado para a classe de credores ............. **(informar a natureza do crédito/classificação).**

Termos em que, pede deferimento.

**(cidade), (dia) de (mês) de (ano).**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Requerente

**(Nome)**

**(nome do Advogado/OAB nº) (se houver)**

**Observação: Esse é um “modelo de habilitação de crédito administrativa”, na forma do art. 9º, I a V, da Lei nº 11.101/2005, de modo que o interessado deverá realizar eventuais complementações e/ou alterações, de acordo com cada caso concreto.**

**ANEXOS / RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**

1. **Pessoa Física -** Cópia da identidade/CPF; **Pessoa Jurídica -** Cópia do contrato social ou última alteração contratual consolidada, e documentos de identificação do representante legal;
2. Procuração se realizado por advogado;
3. Planilha detalhada e atualizada do crédito até o pedido da recuperação ou da decretação da falência;
4. Documento comprovatório do crédito alegado (Contrato/ nota fiscal / duplicata / cheque / certidão -conforme o caso).

1. De acordo com o Art. 9º, II da Lei n° 11.101/2005. [↑](#footnote-ref-1)
2. Documentação necessária

   • Certidão para fins de habilitação de crédito atualizada até a data do pedido da recuperação judicial ou decretação de falência (expedida pela Justiça do Trabalho, se for o caso);

   • Cópia da sentença ou recursos que declararam o pagamento do crédito;

   • Termo de acordo em audiência firmado pelas partes, se for o caso;

   • Cálculo atualizado até a data do pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, acompanhados dos documentos comprobatórios. [↑](#footnote-ref-2)